
A força do comércio na expansão urbana da zona colonial italiana

*The power of trade in urban expansion
in the Italian Colonial Zone*

Vania B. M. Herédia*

Resumo: A história do comércio na Região Colonial Italiana (RCI) no Nordeste do Rio Grande do Sul reflete os interesses das classes econômicas na ocupação do solo urbano e aponta para os conflitos existentes na história urbana da cidade. A organização do comércio em torno de uma forte associação de comerciantes assegurou a representação de seus interesses no Poder Público para a ocupação do espaço e construção da cidade. Os comerciantes aproveitaram as situações que lhe foram favoráveis, impulsionando o crescimento urbano, estimulando os colonos a produzirem em maior escala, não apenas produtos agrícolas, mas também artesanais, tendo em muitos processos a origem de indústrias. Investiram seu lucro em capital imobiliário e, dessa forma, foram agentes de mudança. A influência do comerciante, aliada ao seu espírito empreendedor, fez com que conseguissem regulamentar o comércio e propiciassem às colônias um crescimento econômico, melhorando a infraestrutura urbana, participando das

Abstract: The history of trade in the Italian Colonial Region in the Northeast of the State of Rio Grande do Sul reflects the interests of economic classes in the occupation of the urban ground, and points out the conflicts existing in the city's urban history. Organizing trade around a strong association of traders assured the representation of their interests in the public sector to occupy space and build the town. Traders took advantage of favorable situations, driving urban growth, stimulating settlers to produce on a larger scale not only produce but also handicraft, being many processes the very origin of industries later. They invested their profit in real estate capital and, this way, were agents of change. The influence of the trader allied with his/her entrepreneurial spirit enabled the regulations of trade and colonies to grow economically, improving urban infrastructure, participating in the decisions to expand the town and, consequently, interfering in collective lives. The economic history of Caxias do Sul

* Doutora em História pela Università degli Studi di Genova, Verona (Itália). Professora Titular no Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul (UCS).
E-mail: vheredia@terra.com.br

decisões de expansão das cidades e, conseqüentemente, interferindo na vida coletiva das mesmas. A história econômica de Caxias do Sul comprova que a Associação dos Comerciantes acompanhou de perto tudo que dizia respeito às questões referentes à infraestrutura e ao desenvolvimento econômico da cidade. Desde a criação da associação ocorreu um movimento de organização do setor empresarial, sob a liderança dos comerciantes, com o intuito de formar uma representação de classe para mediar as relações entre os comerciantes, os industriais, o poder público e as instituições congêneres existentes em outros municípios.

Palavras-chave: Região Colonial Italiana; história econômica; imigração.

proves that the Traders Association followed closely everything respective to issues referring to the town's infrastructure and economic development. Since the beginning of the Association there was an organization movement of the business sector under the leadership of traders with the purpose to build a class representation to mediate the relationship among traders, industry people, public sector, and congenerous institutions existing in other municipalities.

Keywords: Italian Colonial Region; economic history; immigration.

Este estudo faz parte do projeto “Da Lei de Terras ao êxodo rural: a relação entre latifundiários, colonos, escravos e libertos na Serra Gaúcha (1850- 1950)”, que tem como objetivo analisar as relações sociais existentes na região da Serra Gaúcha, relacionando a ação dos comerciantes com o desenvolvimento econômico, na perspectiva historiográfica regional, a fim de avançar nos estudos realizados no Núcleo de Pesquisa “Imigração, Cultura e Região”.

A história do comércio na zona colonial italiana, no Nordeste do Rio Grande do Sul reflete os interesses das classes econômicas na ocupação do solo urbano e aponta para os conflitos existentes na história urbana da cidade. A organização do comércio, em torno de uma forte associação de comerciantes, assegurou a representação de seus interesses no Poder Público para a ocupação do espaço e a construção da cidade. Os comerciantes aproveitaram as situações que lhe foram favoráveis, impulsionando o crescimento urbano, estimulando os colonos a produzirem em maior escala, não apenas produtos agrícolas, mas também artesanais, tendo, em muitos processos, a origem de suas indústrias. Investiram seu lucro em capital imobiliário e, dessa forma, foram agentes de mudança.

A influência do comerciante, aliada ao seu espírito empreendedor, fez com que conseguissem regulamentar o comércio e propiciassem às colônias

crescimento econômico, melhorando a infraestrutura urbana, participando das decisões de expansão das cidades e, conseqüentemente, interferindo na vida coletiva das mesmas.

A história econômica de Caxias do Sul comprova que a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul acompanhou de perto tudo que dizia respeito às questões referentes à infraestrutura e ao desenvolvimento econômico da cidade. Desde a criação da associação, ocorreu um movimento de organização do setor empresarial, sob a liderança dos comerciantes, com o intuito de formar uma representação de classe para mediar as relações entre os comerciantes, os industriais, o Poder Público e as instituições congêneres existentes em outros municípios.

O estudo é de natureza descritiva e abrange o período que se estende de 1930 a 1945. As fontes utilizadas foram os relatórios dos intendentess municipais e as atas da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul. O estudo aponta à força dos comerciantes na construção da cidade e da infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico da região.

Ações dos comerciantes em benefício da cidade

A crise mundial dos anos 30 do século passado, simbolizada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, trouxe muitas transformações econômicas para o Brasil. O País teve a possibilidade de voltar suas atividades produtivas para o mercado interno, adotando uma política econômica de substituição das importações. O modelo vigente substituiu o agroexportador e deu à economia brasileira condições propícias para o desenvolvimento econômico. Com a ausência de investimentos estrangeiros, restritos pela política nacional, os recursos nacionais se direcionaram para o mercado interno.

O processo de “desenvolvimento para fora” foi substituído pelo “desenvolvimento para dentro”, e a sociedade agrária tradicional começou a se transformar numa sociedade urbano-industrial. De acordo com Ianni (1991, p. 30), o Rio Grande do Sul, “tradicional estado de economia periférica, fornecedor do mercado interno brasileiro, aparecia com um sentido preciso, colaborando para a estruturação deste novo modo de acumulação de capital”. Esse autor chama a atenção que a economia sul-rio-grandense se caracterizava pelo setor agropecuário que fornecia produtos a baixos custos.

Diante das mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil, a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul apoiou de forma irrestrita a posição de Getúlio Vargas para chegar ao poder. Os associados sempre tiveram uma relação amistosa com o governo do estado e, nesse momento, reconheciam a importância de Vargas na Presidência da República.

A forma de governar, anunciada por Vargas, estava vinculada a um novo “estilo político e de um modelo econômico baseado num capitalismo nacional visando à substituição de importações”. (LOPEZ, 1987, p. 69). Segundo Machado, o apoio a Vargas havia começado ainda quando era presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1928. As relações que foram estabelecidas entre os comerciantes e o governo estadual “foram importantes para o desenvolvimento do município que, na ótica das classes empresariais, precisava confirmar a sua trajetória na busca de mercado nacional para os seus produtos”. (2001, p. 255).

As mudanças no modelo econômico durante o governo Vargas e a política adotada, no sentido de dar maior apoio às indústrias consideradas “naturais”, por beneficiarem a matéria-prima local, como vinho, banha, conservas de frutas, óleos vegetais, produtos têxteis, farinha de trigo, entre outros, foram vistas como positivas para os comerciantes da região. Muitos dos produtos considerados naturais, produzidos por empresas locais, passaram a ter estímulo à sua produção e comercialização.

Com isso, registrou-se o incremento das atividades comerciais e industriais de Caxias do Sul, o que ultrapassou rapidamente a capacidade produtiva instalada e, em consequência, surgiram problemas de energia elétrica e de transporte, pela falta de usinas, estradas e comunicações. As empresas de maior porte passaram a se ressentir dessas deficiências, comprometendo a própria expansão do setor fabril.

Por outro lado, essa constatação provou que o Município de Caxias do Sul havia crescido, e isso representava a capacidade industrial que os empresários haviam instalado e o potencial que o município possuía. No Censo de 1930, foi constatado o acelerado crescimento da cidade e a diversificação que a mesma desenvolvia em sua economia, sendo que dispunha de 190 estabelecimentos industriais e de uma produção industrial orçada, naquela época, em R\$ 5.496:792\$500. Segundo dados oficiais da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, “a produção industrial cresceu rapidamente em confronto com a produção agrícola”. (HERÉDIA, 1997, p. 71).

As deficiências na infraestrutura enfrentadas por algumas empresas do município refletiram-se na oferta feita por municípios de outras regiões

para que as mesmas se transferissem para lá. Esses convites têm duas interpretações: a primeira, o crescimento econômico de Caxias do Sul e de suas empresas, e o segundo, as dificuldades de infraestrutura existentes no município, as quais eram de conhecimento dos empresários e que não acompanhavam o crescimento econômico correspondente, seja pela questão da energia, da telefonia, das estradas, seja pela questão dos impostos municipais.

Essas deficiências na infraestrutura levaram as autoridades municipais a tomarem providências a fim de minimizar as dificuldades evidenciadas. O crescimento das atividades econômicas do município fez o intendente Thomas Beltrão de Queiróz solicitar à Companhia Telefônica Rio-Grandense melhorias nos serviços, para manter o contrato de exploração dos serviços telefônicos que o município mantinha desde 1912. O contrato tinha a duração de 30 anos e deveria vigorar até 1942. Diante das contínuas reclamações, o intendente municipal Thomas Beltrão de Queiróz decidiu solicitar à citada Companhia Telefônica a qualificação dos serviços. Essa companhia respondeu que atenderia à solicitação desde que fosse autorizado um aumento nas tarifas.

Ainda na gestão de Thomas Beltrão de Queiróz que antecedeu às mudanças do modelo econômico brasileiro, o Município de Caxias do Sul identificava a necessidade de dois grandes investimentos para seu crescimento econômico: a ampliação da rede de transportes e o suprimento de energia. Dessa maneira, para resolver o primeiro – que dependia da administração do estado – o município sugeria melhoria nas condições do tráfego entre Porto Alegre e Caxias do Sul, bem como a abertura do “escoadouro de Torres, o sonho dourado dos habitantes de toda esta vasta e rica zona do Estado”. (RELATÓRIO DO INTENDENTE THOMAS BELTRÃO DE QUEIRÓZ, 1929, p. 16).

O projeto para a construção de uma estrada para Torres ocorreu na reunião de diretoria da Associação dos Comerciantes, em 23 de agosto de 1931, quando a associação fundou a Associação das Estradas de Rodagem, sendo coordenada e dirigida por Dario Granja Santanna. A construção dessa estrada gerou muitos movimentos entre as classes empresariais para sua concretização, movimentos que, em cada década, se configuraram de forma própria, adequando-se às condições econômicas e políticas de cada governo.

Quanto ao segundo, o suprimento de energia estava diretamente vinculado aos poderes locais. Foi pensado o aproveitamento da queda do

rio Lajeado Grande, no Município de São Francisco de Paula, considerado como o manancial, que oferecia as condições mais apropriadas, para fornecer ao Município de Caxias do Sul energia mais econômica, levando em conta a distância, o vulto e o custo das obras a serem executadas.

Esse empreendimento também foi adiado pela falta de proponentes e pelo fato de que o domínio das quedas e dos cursos-d'água intermunicipais dependia da autorização do estado por serem dele pertencentes.

Algumas demandas, por muitas décadas, foram temas de discussão na Associação dos Comerciantes, entre elas as normas de funcionamento do comércio. Entretanto, na década de 30 do século XX, esse assunto retornou à pauta, uma vez que a política econômica instalada restringia a jornada de trabalho a oito horas diárias. (GOMES, 1979).

Esse tema foi motivo de união de alguns comerciantes, que acreditavam na necessidade de uniformizar os horários de atendimento ao público. Apesar de muitos comerciantes não seguirem as regras estabelecidas, a associação, em 1933, resolveu definir um calendário de funcionamento do comércio local:

De 1º de abril a 30 de setembro, as portas das casas comerciais deviam fechar às 18h30min e aos sábados às 20h; de 1º de outubro a 31 de março, o horário devia ser às 19h45min e aos sábados às 21h. Foi deliberado, também, sobre os dias santos e feriados em que o comércio deveria fechar: Corpus Christi, Natal, Sexta-Feira Santa, Dia de Finados, 1º de janeiro, 7 de Setembro, 15 de outubro e 15 de novembro. O comércio devia fechar a partir do meio-dia em: 6 de janeiro, 30 de outubro, 1º de novembro e 8 de dezembro e mais em 25 de agosto, sempre que houvesse festejos comemorativos ao Dia do Soldado. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1933, s.p.).

A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, na ocasião, apoiou a decisão dos comerciantes, tendo sido nomeado um fiscal para controlar o horário de abertura e fechamento das casas comerciais. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1933). As normas foram regulamentadas pela Prefeitura, através da Lei 5, de 1933.

Outro tema de interesse, vinculado aos comerciantes, era a definição do aumento da linha de crédito com os gerentes locais de bancos em

funcionamento na região. A crise econômica instalada a partir de 1930 afetou o estado, e o Município de Caxias do Sul foi atingido por uma crise financeira, causada pela falta de dinheiro nos bancos, deixando as empresas em dificuldades para prosseguirem com suas atividades produtivas. A busca de crédito nos bancos fez com que a associação reunisse os gerentes das agências bancárias locais para, juntos, solucionarem o problema do crédito.

A reunião contou com os gerentes dos seguintes bancos: Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco Pelotense, Banco Popular do Rio Grande do Sul, Banco Nacional do Comércio, Banco do Rio Grande do Sul e Banco Porto-Alegrense. “Muitos foram os comerciantes e industriais que ficaram sem capital de giro e sem possibilidade de saldar seus débitos” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 140), levando-os à falência e à perda de seus estabelecimentos.

Em 1931, o governo brasileiro estabeleceu três decretos que refletiram mudanças no sindicalismo do País. Um deles, o Decreto 19.770, de 19 de março daquele ano, levou as classes empresariais a se reunirem para discutir formas de regularizar a sindicalização das classes patronais e operárias. Havia a necessidade de criar uma Comissão Mista de Conciliação das Classes Empresarial e Trabalhadora, destinada a fazer cumprir as disposições legais do trabalho. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1933).

Esse decreto apresentava algumas restrições à atividade sindical, pois expressava “a efetivação de objetivos políticos do governo, ou seja, a criação de entidades que servissem de mediadoras entre empresários e trabalhadores, assegurando a plena execução da política da paz social”, como explica Martins (1979, p. 49).

A associação, no que diz respeito às novas condições de trabalho, se posicionou diante das mudanças na legislação trabalhista. A jornada de oito horas de trabalho, o fechamento do comércio, a lei de férias, a legislação dos dois terços, a regulamentação do trabalho feminino e a criação das carteiras profissionais foram exigências legais que deviam ser cumpridas, e a associação precisava orientar seus associados. (*O MOMENTO*, 1934, p. 2). Alguns anos mais tarde, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamentou de forma definitiva as exigências introduzidas naquele período. Entretanto, a associação havia criado uma infraestrutura para orientar seus associados e o fez por meio de seu serviço jurídico.

A associação foi presidida em 1931 por Dante Marcucci, Marcos Fischer, Oscar Ludwig, Abramo Eberle, Alfredo Germani, Ângelo De Carli, João Arhends e Segundo Mandelli.

Muitas ações importantes ocorreram em 1931, entre elas, a criação da primeira Festa da Uva, que ocorreu no prédio do Edifício Operário, em 1931, sob a responsabilidade de Joaquim Pedro Lisboa e de um grupo de empresários atentos à atividade econômica, baseada na produção da uva e em sua industrialização. A uva era um produto importante para a região, e divulgá-la passou a ser uma estratégia para ampliar o mercado, qualificar o produto e abrir portas para a exportação. A ideia de se fazer a Festa da Uva era, também, uma proposta de criar um espaço para apresentar ao mercado os produtos feitos na região. A exposição de produtos trazia consigo um aspecto que fazia parte das feiras, costume esse que os europeus tinham para estabelecer trocas. (BRAUDEL, 1996, p. 14).

Essa festa provocou uma série de efeitos positivos para a economia do município, uma vez que, além da exposição de seus produtos, reconhecia a capacidade empreendedora de seus habitantes e o potencial de ampliar sua economia. Na história da cidade, esse ritual ocorreu anualmente, até o fim dos anos 30 do século XX, quando foi interrompido devido à situação econômica e política mundial decorrente da Segunda Guerra Mundial.

O assunto referente ao vinho foi um tema que reapareceu em diversos períodos da história da associação. Afinal, o vinho havia se transformado no produto que caracterizava a economia da região, e os comerciantes não desistiam de defendê-lo dos falsificadores e dos interessados em desqualificá-lo.

Diante dessa situação, a associação encaminhou pedido para criar um entreposto de vinho que pudesse se equiparar ao de Porto Alegre, com vistas a proteger os pequenos produtores e a enfrentar as questões derivadas dessa condição. Essa solicitação das cooperativas sul-rio-grandenses de vinhos representava os interesses de todas as cooperativas vinícolas da região.

Diante do crescimento econômico do município, a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, junto com associados e autoridades municipais, começou uma campanha para a regularização do transporte para que permitisse a expansão do comércio, conforme já citado. A vinculação dos comerciantes à Viação Férrea e ao governo do estado passou a ser pauta frequente da associação na gestão de Ottoni A. Z. Minghelli. Esse empresário acreditava na possibilidade de conseguir trens noturnos que fizessem o percurso “Caxias – Porto Alegre e garantisse o transporte de passageiros para facilitar negócios, diminuir o tempo das viagens e também propiciar a possibilidade de circulação de mercadorias”. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1934).¹

O interesse pela oferta regular de trens entre a cidade e a capital foi tema de luta, que envolveu comerciantes, industriais e representantes do Poder Público municipal. O transporte férreo era uma garantia do escoamento da produção da zona colonial aos mercados.

A criação do Departamento Varejista-Molhadista foi um acontecimento relevante à associação. Os comerciantes varejistas que buscavam uma solução mais efetiva para o comércio, no centro da cidade, resolveram fundar a Associação de Classe dos Pequenos Varejistas de Caxias do Sul, com o objetivo de defender seus interesses. A criação dessa associação estava sustentada na argumentação de que suas demandas seriam mais rapidamente resolvidas se participassem de uma associação mais forte, com toda infraestrutura montada.

Esses motivos levaram os pequenos comerciantes a se inscreverem nessa associação, formando o mais novo grupo na entidade, tendo como consequência o fortalecimento da mesma. Ficou claro, entretanto, que os problemas dos varejistas seriam resolvidos na associação, por meio de estudos realizados por uma comissão permanente.

Os comerciantes varejistas estavam preocupados com os maus pagadores, com o comércio clandestino, os sindicatos e as cooperativas que comercializavam, sem pagar impostos, entre outros assuntos. Diante de preocupações sérias, decidiram organizar um registro, denominado “Livro Negro”, no qual seriam anotados os nomes dos maus pagadores. Esse registro serviria de referência para os associados, que teriam acesso a ele, caso houvesse necessidade de oferta de crédito. A inclusão dos varejistas na associação conduziu ao estabelecimento de regras quanto ao comércio varejista, o que representou uma nova organização das regras de funcionamento do comércio e das condições de crédito. A associação assumiu a causa de combater o comércio clandestino, e foi formada uma comissão que defenderia os interesses do comércio varejista.

Dessa maneira, foi criado o Departamento dos Varejistas-Molhadistas, ligado à associação, e as vendas a crédito foram regulamentadas. Por meio dessa regulamentação, foi discutida a possibilidade de os empresários pagarem seus empregados quinzenalmente, o que permitiria quitar os pagamentos sem prejudicar a categoria. Percebeu-se que havia problemas comuns decorrentes do não pagamento das contas, o que prejudicava a obtenção de novos créditos. A inadimplência sempre fora uma preocupação do comércio, e as soluções coletivas poderiam ser soluções para tais problemas.

O regulamento do crédito previa que a sua abertura deveria ser solicitada ao Departamento dos Varejistas após o preenchimento de formulário, em que constassem o valor do crédito, o nome do requerente, a residência, a profissão e a atividade, o prazo de duração das compras, a forma e época de pagamento das compras e o nome do fiador. Previa, ainda, que a abertura de crédito dependeria da não existência de dívidas anteriores. Estabelecia que o crédito só seria concedido com a apresentação de fiador ou de garantias correspondentes.

O regulamento chamava a atenção para o fato de que todos os “associados deverão colar nas cadernetas um exemplar deste Regulamento Geral de Vendas a Crédito”, a fim de demonstrar ao comprador as normas de crédito estabelecidas.

Essa regulamentação foi uma demonstração da preocupação com o crédito na cidade e também com a definição das regras para o funcionamento do comércio varejista-molhadista. A discussão do crédito veio acompanhada de discussão em nível nacional, acerca do salário-mínimo. Para tal, a diretoria elegeu alguns empresários para participarem de comissão que representaria as atividades econômicas caxienses perante o Ministério do Trabalho.

Ainda em junho de 1939, a cidade reclamou das condições dos estábulos dentro do perímetro urbano. Era ação frequente dos moradores dos municípios vizinhos (ou mesmo da zona rural) fazerem compras em Caxias do Sul, e a cidade necessitava de um local para os estábulos. A associação encampou essa luta com o delegado de Higiene, solicitando que, de maneira definitiva, fosse dada uma solução ao problema. Isso reflete os meios de transporte utilizados na época e as condições que os animais enfrentavam para se recuperar dos percursos, bem como das condições de higiene suportadas pelos moradores diante dessa condição.

O Sr. João Scopel pediu que fosse aprovada a indicação referente à localização em pensões, dos animais de que se servem os colonos para vir à cidade fazerem suas compras. A Higiene não permitia que esses animais ficassem agrupados em lugar algum, nem mesmo nos dias chuvosos. Seria conveniente, portanto, lembrar àquele senhor se facilitasse nas pensões, a construção de abrigos, onde os animais sejam conservados, enquanto seus proprietários andam na cidade, tratando de seus afazeres. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1939, p. 51).

A associação solicitou às autoridades sanitárias um estudo para resolver esse problema, pois perceberam as precárias condições que enfrentavam os colonos e seus animais, utilizados como meio de transporte na vinda para a cidade.

O tema de discussão em 1940 foi a construção da Usina de Lajeado Grande, devido aos problemas que a cidade enfrentava quanto à energia elétrica. Como Caxias do Sul deveria receber a visita do presidente da República, Getúlio Vargas, a associação passou a se preocupar com assuntos ligados às antigas reivindicações da cidade. Acreditava que a construção da Usina de Lajeado Grande resolveria o problema energético; era necessário, portanto, organizar as reivindicações para apresentar ao presidente da República. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1940, p. 65).

Esse fato foi uma demonstração que os problemas do município, no que diz respeito à infraestrutura necessária, não foram resolvidos, mas delegados aos futuros governos.

A Associação dos Comerciantes e a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul homenagearam um dos responsáveis pela construção da Estrada Federal BR-116, o engenheiro Iedo Fiuza, no Clube Juvenil, no dia 27 de outubro daquele ano. A estrada, que ligava o município à capital do estado e ao centro do País, foi considerada fator importante para o desenvolvimento econômico do município. A estrada, inaugurada em meados de 1941, incluía Caxias do Sul no Plano Rodoviário Nacional. O traçado original envolvia vários municípios, passava por Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, São Joaquim, Lages, estando Caxias do Sul fora desse roteiro.

Essa alteração do traçado refletiu a força da Associação dos Comerciantes e sua capacidade de articular, com as autoridades estaduais e federais, seu potencial, suas demandas e suas possíveis realizações. Dante Marcucci² havia argumentado ao presidente da República sobre a importância da referida estrada para esse centro industrial, uma vez que o mesmo sempre contribuía para o desenvolvimento do estado e do País. Essa iniciativa havia começado ainda antes da definição do traçado.

Segundo relato de Ary Zatti Oliva (PARLAMENTO, 1988, p. 14), houve grande “empenho de Dante Marcucci para que a estrada BR-2, hoje BR-116, ligando Porto Alegre a Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, agora estendida de Sul a Norte do país, passasse por Caxias do Sul”. Quando o prefeito de Caxias do Sul soube que o projeto estava sendo providenciado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, entrou em contato

com o engenheiro Irineo Braga, para auxiliar, dando as informações necessárias. Entretanto, o percurso de Canoas até Nova Petrópolis estava estabelecido, mas ainda faltavam outras definições.

A BR-2 deveria corrigir seu rumo, abandonando os contrafortes da Serra Geral, evitando seus vales e gargantas. [...] O novo traçado propunha que a BR-2 prosseguisse de Nova Petrópolis, fletindo a Leste, pelo divisor de águas, até alcançar os campos de São Francisco de Paula e daí, rumo norte, transpor o Rio Pelotas, demandando os campos de São Joaquim e de Lages, Santa Catarina. (OLIVA, 1988, p. 14).

Esse episódio mostra a força e a garra dos políticos que administravam a cidade. Apesar de tantos motivos plausíveis contra o traçado que incluía a cidade de Caxias do Sul no projeto, o mesmo foi aprovado. Não venceu apenas a força política que superou a lógica de um traçado mais acessível, mais curto e mais econômico; venceu também a perspectiva do que representava Caxias do Sul para a economia do estado.

Dante Marcucci, na mesma direção, ou seja, de envolver Caxias do Sul no traçado nacional de estradas, propiciou a construção da pista de pouso que oportunizou a criação do primeiro campo de aviação de Caxias do Sul. Esse fato, conforme narra Ary Zatti Oliva (1988, p. 16), teve a presença dos Diários Associados e fez parte da Campanha Nacional da Aviação. Essa iniciativa se efetivou com a doação do primeiro avião de Campanha, o *Duque de Caxias*. Essas ações mostram que a cidade estava presente no circuito nacional, e que seus dirigentes possuíam prestígio político e estavam atentos ao desenvolvimento nacional.

Em 1943, a Associação dos Comerciantes buscava uma solução definitiva para a grave situação de abastecimento energético que enfrentava o estado. A reunião com o engenheiro Pedro Kerber, da Companhia Rio-Grandense de Energia Elétrica, visava a solucionar as questões referentes à energia elétrica. A *primeira* proposta sugeria fosse dividida a cidade em duas zonas: pela manhã uma receberia energia, e a outra, à tarde. Outra solução seria a construção de uma linha de emergência de Gramado e Galópolis para Caxias do Sul, para aproveitar o excedente de energia que Galópolis oferecia, por meio da Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro.

A questão da energia elétrica continuou a preocupar os empresários, já que a cidade ressentia-se das precárias condições de abastecimento. A

entidade não esperava da Companhia Rio-Grandense de Usinas Elétricas, em Caxias do Sul, uma solução, uma vez que as reclamações já haviam sido feitas. Foi constituída uma comissão, formada por Agostinho Panceri, João Leonardelli, Dinarte Soares e José Gazolla, com o objetivo de conversar com o prefeito, a fim de assumir medidas em conjunto com o governo do estado. (ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE CAXIAS DO SUL, 1945, p. 116). Percebeu-se que os problemas vinculados à infraestrutura continuavam, e que a entidade assumiu, historicamente, o papel de reivindicar em nome de seus associados e da própria cidade.

Ainda na gestão de Dante Marcucci, o tema *água* voltou a preocupar o sistema público de abastecimento³ devido a uma forte seca. Diante desse impasse, a prefeitura propôs como solução algumas medidas técnicas, entre elas a construção de mais duas represas, o que ampliaria a capacidade de represamento de água, junto com o montante da represa Dal Bó, revisar a tubulação da represa Maestra, a fim de verificar os motivos pelos quais a mesma não cumpria com o previsto em seu projeto e “levantar a muralha de contenção da represa Dal Bó à altura necessária para decuplar o armazenamento”. (OLIVA, 1988, p. 14). A realização dessas propostas oportunizou a Caxias do Sul a oferta de água por meio das três represas assim denominadas: São Pedro, São Miguel e São Paulo.

A Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, na metade do século XX, encerrou mais um ciclo de sua história, que se alternava com a mudança do governo federal, com as mudanças estruturais no modelo econômico brasileiro e com a decisão de alguns associados de fundarem, em Caxias do Sul, uma delegacia do Centro de Indústria Fabril, a qual pudesse representar apenas os interesses da indústria e não mais o de todas as atividades econômicas integradas. Essa intenção se concretizou quando, em 1951, diversos empresários fundaram o Centro de Indústria Fabril, que separava os interesses do comércio dos da indústria.

Vinte anos mais tarde, esses empresários voltaram a se fundir, acreditando que uma associação forte ajudaria a desenvolver as atividades econômicas do município e eles fortaleciam por meio da união.

Considerações finais

A história econômica de Caxias do Sul comprova que a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul acompanhou de perto tudo que dizia respeito às questões referentes à infraestrutura e ao desenvolvimento

econômico da cidade. Além de defender os interesses econômicos de seus associados, defendeu sempre os interesses da cidade.

É oportuno recordar que a economia desse município seguiu o processo de desenvolvimento dos primeiros núcleos coloniais europeus no estado onde o processo inicial de crescimento deu-se com atividades extrativas, sustentadas no desmatamento e na agricultura de subsistência, seguida pela agricultura comercial, especializada na produção de gêneros alimentícios. O comércio colonial reflete a organização dos núcleos como interpostos entre a colônia italiana e a capital do estado. Do capital comercial, houve um direcionamento à formação da indústria e sua expansão. A Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul sempre contou com a presença de líderes econômicos e políticos que demonstraram, em suas ações, o verdadeiro papel de agentes sociais, marcando a vida econômica de Caxias do Sul e do Estado do Rio Grande do Sul. Esses homens acreditaram na importância da agremiação como forma de união, de força e de representação.

A associação nasceu da necessidade que os comerciantes do município enfrentaram para equacionar seus problemas e resolvê-los como categoria. Entretanto, ao longo de sua história, assumiu ela um papel reivindicatório, de representação dos interesses não apenas dos comerciantes, mas também da cidade. Consta-se, nessa trajetória, que a cidade cresceu e se desenvolveu graças ao espírito empreendedor de seus habitantes que sempre acreditaram no seu potencial desde a sua formação.

A associação foi sempre uma instituição que interferiu nas decisões fundamentais do desenvolvimento das economias local, regional e nacional. Na defesa dos interesses de seus associados, promoveu um contínuo diálogo com as instituições públicas e privadas, revelando suas crenças na promoção do crescimento econômico da cidade. Sua atuação reflete a ligação que se estabeleceu com as diversas instâncias do poder e das classes produtivas. As lutas políticas lideradas pela associação mostram o poder que a mesma construiu ao longo de sua história e das estratégias que utilizou para vencer suas causas e defender os interesses de seus associados.

Desde sua criação, foi defensora das causas econômicas da categoria, assumindo os problemas da agricultura, principalmente porque esses afetavam diretamente o comércio local. A questão do vinho foi, por várias décadas, motivo de preocupação por parte da entidade. O vinho era um produto de exportação e, por inúmeras circunstâncias, era acusado de ser um vinho falsificado, o que levou a associação a tomar uma série de medidas, inclusive

com o governo do estado na defesa do produto. Mais tarde, várias ações foram realizadas para garantir a qualidade do vinho que era produzido.

Além do vinho, também procurou discutir e pressionar as autoridades públicas para a melhoria da infraestrutura. As condições precárias das estradas afetavam a exportação dos produtos para outros estados, e a luta por melhores meios de transporte e a abertura de estradas e melhorias nas já existentes foi uma constante. A conquista da estrada de ferro fez com que o comércio tivesse à disposição uma forma de escoar os produtos da zona colonial. A estrada de ferro, que ligava o Município de Caxias do Sul à capital do estado, passava por São João de Montenegro.

Por muitas décadas, foi o meio de transporte mais seguro para os comerciantes, acompanhando o modelo de substituição das importações, enfraquecido nos anos 60 do século XX, devido à troca pelo transporte rodoviário.

A regulamentação do comércio, o horário de funcionamento das casas comerciais, o fechamento nos feriados, domingos e dias santos, a presença do comércio ambulante, a fiscalização pelos órgãos públicos da ação dos mascates e a criação do Departamento Varejista-Molhadista foram ações que a citada associação promoveu após muitas discussões com seus associados. Sempre preocupada em defender o comércio, criou mecanismos em defesa do crédito e de garantias para diminuir a inadimplência.

A Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul foi um instrumento de defesa dos interesses da zona colonial italiana no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, e que contribuiu para a consolidação desse setor econômico pela sua capacidade de articulação política com as diversas esferas do Poder Público e com os distintos setores privados. Ajudou na construção de espaços de conhecimento e reconhecimento acerca do potencial que a cidade oferecia. A intervenção da categoria, na definição dos espaços públicos e privados, como forma de representação do poder que esses possuíam, foi uma demonstração de sua capacidade produtiva.

Notas

¹ A associação foi presidida por Ottoni A. Z. Minghelli de 1935 a 1944. A Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul fundada em 1901 modificou seu nome em 1939, passando a chamar-se Associação Comercial de Caxias. (HERÉDIA, 2007, p. 53). Em 1963, a associação altera seu estatuto e modifica novamente sua denominação, passando a chamar-se “Associação Comercial e Industrial de Caxias do Sul”. (HERÉDIA, 2007, p. 65).

² Dante Marcucci foi prefeito de Caxias do Sul durante 11 anos, tendo assumido o primeiro mandato em 1935. (ADAMI, 1963, p. 185). Antes de ser eleito prefeito de Caxias do Sul, foi presidente da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, na gestão 1931-1933.

³ A Hidráulica Municipal foi remodelada na gestão de Dante Marcucci, uma vez que a data do início dos serviços remete a 1925.

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1962*. Caxias do Sul: São Miguel, 1963.
- AHMJSA. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. *Relatórios dos intendentes municipais de 1924 a 1931*. Caxias do Sul: [s.n.], 2011.
- ASSIS, Nelson. Festa da Uva de 1950. *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: M. Fontes, 1996. v. 2.
- BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CICS. CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL: *Livro de Atas ns.1, 2 e 3 da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, 1901-1936*. Caxias do Sul: [s.n.], 1936.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa E. *Casas de negócio*. Caxias do Sul: Educus, 2001.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho, política e legislação social no Brasil: 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HERÉDIA, Vania Beatriz M. *O processo de industrialização na Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: Educus, 1997.
- _____. *Memória & identidade*. Caxias do Sul: Belas Artes, 2007.
- _____.; MACHADO, Maria C. Abel. *100 anos de história: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- MACHADO, Maria C. Abel. *Caxias do Sul: poder público e interesses sociais na ocupação do espaço urbano: 1875-1950*. 1999. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1999.
- _____. *Construindo uma cidade*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de S. O *estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVA, Ary Z. A era de Dante Marcucci. *Parlamento*, Caxias do Sul, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- QUEIRÓZ, Thomas B. de. *Relatório apresentando ao Conselho Municipal relativo aos meses de janeiro a 31 de dezembro de 1929*. Caxias do Sul, 1929. p. 16-17.

Jornais:

- A ÉPOCA*, Caxias do Sul, 1938.
- CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, 1932.
- O MOMENTO*, Caxias do Sul, 1936.

